

HISTÓRIA DA EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS NO BRASIL

PERÍODO COLONIAL (1500-1822)

A economia colonial brasileira é integrada ao processo mundial de expansão do capitalismo mercantil. Baseada no monopólio colonial – Portugal tem a exclusividade do comércio com a colônia –, é altamente especializada e dirigida para o mercado externo. Internamente tem caráter predatório sobre os recursos naturais. As técnicas agrícolas utilizadas são rudimentares e provocam rápido esgotamento da terra. A produção está centrada na grande propriedade monocultora, o latifúndio, e na utilização de numerosa mão-de-obra escrava – primeiro dos indígenas e depois dos negros.

O primeiro produto a ser "exportado" foi o Pau-Brasil. Nos primeiros 30 anos de colonização, esse produto era retirado das terras brasileiras e encaminhado para a Europa. Da sua madeira, era extraído os pigmentos que serviam para tingir tecidos. Nessa época, não foi criado nenhum núcleo populacional no Brasil.

Somente mais tarde, os portugueses retornaram para instituir vilas no novo território. O cultivo da cana-de-açúcar é introduzido no Brasil por Martim Afonso de Souza, na capitania de São Vicente. Seu apogeu ocorre entre 1570 e 1650, principalmente em Pernambuco. Fatores favoráveis explicam o sucesso do empreendimento: experiência anterior dos portugueses nos engenhos das ilhas do Atlântico, solo apropriado, principalmente no Nordeste, abundância de mão-de-obra escrava e expansão do mercado consumidor na Europa. A agroindústria açucareira exige grandes fazendas e engenhos e enormes investimentos em equipamentos e escravos.

Na passagem do século XVII para o XVIII, são descobertas ricas jazidas de ouro no centro-sul do Brasil. A Coroa portuguesa volta toda sua atenção para as terras brasileiras. A região das minas espalha-se pelos territórios dos atuais Estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso e torna-se pólo de atração de migrantes: portugueses em busca de fortuna, aventureiros de todas as regiões do Brasil e escravos trazidos do Nordeste. Criam-se novas vilas: Sabará, Mariana, Vila Rica de Ouro Preto, Caeté, São João del Rey, Arraial do Tejuco (atual Diamantina) e Cuiabá.

A pecuária se desenvolve no interior, desenvolvendo a ocupação de regiões próximas ao rio São Francisco e região sul do Brasil. No entanto, essa produção não se destinava à exportação.

PERÍODO DO IMPÉRIO (1822-1889)

Durante o período do Império, o café era o principal produto de exportação e gerador de renda. Uma frase muito comum no Império afirmava que o Brasil é o café e o café é o negro. A produção do café, que ganhou importância enorme por volta de 1830, dependia do trabalho escravo. Havia incentivo para produtores e exportadores, e o interesse pela bebida era crescente em alguns mercados consumidores, especialmente Estados Unidos e Europa. O Vale do Paraíba foi a primeira região em que a produção se expandiu: inicialmente no território da província do Rio de Janeiro, depois na província de São Paulo. Na última década do Império, o café representava 60% do total de exportações do Brasil. Isso ocorreu enquanto o açúcar, produto muito

importante no Brasil Colônia, entrava em crise. Os velhos engenhos foram desaparecendo, o açúcar brasileiro começou a sofrer cada vez mais a concorrência do que era produzido nas possessões francesas das Antilhas e em outras partes do globo; além disso, na Europa, cada vez mais se utilizava açúcar extraído da beterraba.

O percurso da economia do café variou, ao longo do século 19. Iniciou-se no Vale do Paraíba e foi se deslocando para a região paulista de Campinas, depois cada vez mais para o oeste da província. O espaço geográfico da produção do Vale do Paraíba era limitado; o solo, que já não era de boa qualidade, começou a sofrer o processo de erosão, pois na época não havia técnicas de conservação do solo, nem preocupação com isso. Pessoas que tinham acumulado fortuna em atividades urbanas, na província de São Paulo, começaram a plantar em uma nova região, no Oeste paulista. Ali havia um espaço muito maior para se plantar e a terra era de qualidade superior, a chamada terra vermelha, que os imigrantes italianos chamaram de terra rossa (“terra vermelha”, em italiano, mas que ficou por isso conhecida como terra roxa). Conscientes do momento histórico que estavam vivendo, os cafeicultores do Oeste paulista se deram conta de que não seria possível contar eternamente com a escravatura e começaram a substituir a mão-de-obra escrava pela dos imigrantes. Os cafeicultores do Vale do Paraíba, os velhos barões do café, não conseguiram se adaptar aos novos tempos e acabaram se arruinando com o fim do sistema escravista.

No período que vai de 1850 até o fim da monarquia o Brasil passou por um processo de modernização. Várias coisas foram feitas no sentido de obter uma integração maior do país, do ponto de vista financeiro e das comunicações. A integração financeira se fez principalmente por meio do grande avanço do sistema bancário. A integração espacial, geográfica, foi marcada pela introdução de um meio de transporte que representava uma revolução, a estrada de ferro. No Nordeste, a expansão da rede ferroviária esteve ligada a uma empresa inglesa, a Great Western, que interligou várias partes de Pernambuco e da Bahia. Mas o coração da expansão ferroviária durante o Império se situou em São Paulo e Rio de Janeiro, pois o café precisava chegar aos portos para ser exportado.

Além do café, outras culturas se destacaram como produto de exportação. O cacau, produzido na Bahia, a borracha, explorada na bacia do rio Amazonas, e o algodão, cultivado em larga escala no Maranhão, Pernambuco e Ceará, passam a ser produtos expressivos na economia brasileira. Em 1860 o algodão chega a ser o segundo produto de exportação nacional. A expansão de sua cultura, nesse período, é consequência da Guerra de Secessão norte-americana (1861-1865), que desorganiza a produção algodoeira dos Estados Unidos. A pecuária, embora voltada para o mercado interno, é a mais importante atividade econômica na região centro-sul. Também é responsável pela efetiva ocupação e povoamento do chamado Triângulo Mineiro e sul do Mato Grosso.

PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)

A Primeira República foi caracterizada pela agricultura de exportação, na qual o café ocupava o posto mais importante. A partir de 1880, e por quase trinta anos, a borracha da Amazônia foi o segundo produto de exportação, superando o açúcar. Era grande a demanda desse produto no que hoje chamamos de Primeiro Mundo: no início, quando se difundiu a moda da bicicleta, com pneus de borracha; e, depois, com o surgimento do automóvel. A riqueza gerada por ela mudou a fisionomia de Manaus e Belém, as capitais do Norte. Quem nunca teve benefícios foi o seringueiro, que trabalhava na mata. Mas por volta de 1910 começou a crise; em primeiro lugar pela

competição das plantações inglesas da Malásia, na Ásia; além disso ocorreu aqui o ataque de uma série de pragas.

Nos negócios do café, o capital estrangeiro atuou de duas formas. A exportação esteve praticamente nas mãos de grandes firmas estrangeiras – americanas, alemãs e inglesas. Além disso, determinados grupos financeiros forneciam recursos para valorizar o produto: se o preço do café no mercado internacional estivesse muito baixo, ele era retido nos portos, mas o produtor era pago com recursos obtidos no exterior.

A riqueza acumulada com o café dinamiza o mercado consumidor e estimula o desenvolvimento industrial. Em 1910 o Brasil possui cerca de 3.500 indústrias. Dez anos mais tarde já são 13 mil estabelecimentos industriais. Destes, 5.936 surgem entre 1915 e 1919, em consequência das dificuldades de importação durante a Segunda Guerra e da política de incentivo à industrialização dos governos republicanos. Em 1924, o país produz 99% dos sapatos consumidos internamente, 90% dos móveis e 86% dos têxteis. A indústria de alimentação é a que mais cresce nas primeiras décadas da República e chega a representar 40% dos estabelecimentos industriais do país.

No início do século XX o capital estrangeiro amplia sua presença no Brasil, principalmente o norte-americano. A indústria da carne é dominada pelos frigoríficos Wilson, Armour, Swift e Anglo; os vagões ferroviários são feitos pela fábrica norte-americana Pullman e os automóveis que circulam no país são da Ford ou da General Motors. Na siderurgia, os franceses e belgas tomam a dianteira com a Companhia Belgo-Mineira. Dos 14 bancos existentes em 1910, sete são estrangeiros.

ERA VARGAS e BRASIL DEMOCRÁTICO (1930-1964)

Em agosto de 1931, durante o governo provisório, Vargas suspende o pagamento da dívida externa. No mesmo ano, reinicia a política de valorização do café e cria o Conselho Nacional do Café. Em 1º de junho de 1933 cria também o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) para coordenar a agricultura canavieira, controlar a produção, comércio, exportação e preços do açúcar e do álcool de cana. Vargas desenvolve uma intensa política de promoção da indústria e intervém fortemente na economia.

A política de valorização do café é mantida durante toda a Era Vargas. Entre 1930 e 1945, o governo chega a comprar e destruir cerca de 80 milhões de sacas de café. A medida, no entanto, alimenta um círculo vicioso pois as repetidas supersafras continuam forçando a queda dos preços do produto no mercado internacional. A crise da cafeicultura estimula a exploração de novos produtos, como frutas, algodão, óleos vegetais e minérios, mas seus rendimentos não conseguem equilibrar o balanço de pagamentos do país. A Segunda Guerra Mundial interrompe as vendas de algodão para o Japão e Alemanha, feitas em grandes volumes até 1939.

A redução das receitas com as exportações e o menor afluxo de capitais para o país devido à crise econômica que precede a guerra desequilibram o balanço de pagamentos entre 1931 e 1939. Para contornar o problema, Vargas promove sucessivas desvalorizações da moeda e adota medidas que desagradam aos investidores internacionais: reduz a margem de remessa de lucros, suspende os pagamentos dos juros da dívida externa e recusa-se a pagar parte substancial da dívida pública negociada com os bancos estrangeiros. A redução das divisas e da capacidade de importar favorecem o desenvolvimento da indústria.

Entre 1930 e 1945 o país passa por um surto de desenvolvimento industrial. Na década de 30 o crescimento da indústria é de 125% ao ano, em média, enquanto a agricultura cresce a uma taxa de 20%. Durante a Segunda Guerra o crescimento industrial cai para 5,4% ao ano, mas o setor consegue avançar pela superutilização dos equipamentos já instalados. Nesse período, o Brasil chega a exportar tecidos para a América Latina, África do Sul e Estados Unidos. A expansão industrial continua no pós-guerra e, em meados da década de 50, a indústria supera a agricultura na composição do Produto Nacional Bruto.

Entre 1945 e 1960 entram no país US\$ 315 milhões e saem US\$ 542 milhões. No governo JK, a dívida externa aumenta US\$ 1,5 bilhão, chegando a um total de US\$ 3,8 bilhões. A situação é agravada pelo crescente desequilíbrio do balanço de pagamentos. A queda das exportações de produtos agrícolas, o pagamento de elevados fretes e seguros para os produtos importados e as remessas de lucros das empresas internacionais são os principais fatores de desequilíbrio. No governo João Goulart a dívida externa do país corresponde a 43% da renda obtida com as exportações.

REGIME MILITAR (1964-1985)

No início do Regime Militar a inflação chega a 80% ao ano, o crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) é de apenas 1,6% ao ano e a taxa de investimentos é quase nula. Diante desse quadro, o governo adota uma política recessiva e monetarista, consolidada no Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg), elaborado pelos ministros da Fazenda, Roberto de Oliveira Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões. Seus objetivos são sanear a economia e baixar a inflação para 10% ao ano, criar condições para que o PNB cresça 6% ao ano, equilibrar o balanço de pagamentos e diminuir as desigualdades regionais. Parte desses objetivos é alcançada. No entanto, em 1983, a inflação ultrapassa os 200% e a dívida externa supera os US\$ 90 bilhões.

A economia volta a crescer no governo Castello Branco. Os setores mais dinâmicos são as indústrias da construção civil e de bens de consumo duráveis voltados para classes de alta renda, como automóveis e eletrodomésticos. Expandem-se também a pecuária e os produtos agrícolas de exportação. Os bens de consumo não-duráveis, como calçados, vestuário, têxteis e produtos alimentícios destinados à população de baixa renda têm crescimento reduzido ou até negativo.

Baseado no binômio segurança-desenvolvimento, o modelo de crescimento econômico instaurado pela ditadura conta com recursos do capital externo, do empresariado brasileiro e com a participação do próprio Estado como agente econômico. O PNB cresce, em média, 10% ao ano entre 1968 e 1973. Antônio Delfim Netto, ministro da Fazenda nos governos Costa e Silva e Garrastazu Medici e o principal artífice do "milagre", aposta nas exportações para obter parte das divisas necessárias às importações de máquinas, equipamentos e matérias-primas. O crescimento do mercado mundial, na época, favorece essa estratégia, mas é a política de incentivos governamentais aos exportadores que garante seu sucesso. Para estimular a indústria, Delfim Netto expande o sistema de crédito ao consumidor e garante à classe média o acesso aos bens de consumo duráveis.

A partir de 1973 o crescimento econômico começa a declinar. No final da década de 70 a inflação chega a 94,7% ao ano. Em 1980 bate em 110% e, em 1983, em 200%. Nesse ano, a dívida externa ultrapassa os US\$ 90 bilhões e 90% da receita

das exportações é utilizada para o pagamento dos juros da dívida. O Brasil mergulha em nova recessão e sua principal consequência é o desemprego. Em agosto de 1981 há 900 mil desempregados nas regiões metropolitanas do país e a situação se agrava nos anos seguintes.

REDEMOCRATIZAÇÃO (1985 -)

Após o Regime Militar, o Brasil retornou a sua democracia, mas viveu um período de grande estagnação econômica. Os anos 80 é conhecido como a década perdida. Internamente, o país sofreu com a inflação, a dívida externa, dificuldades em conseguir dinheiro externo e instabilidade política.

Só a partir dos anos 90, com a abertura de mercado e globalização da economia mundial, o Brasil entrou num ciclo de crescimento, embora seja um desenvolvimento modesto. Somente a partir do final da última década do século XX, após sucessivas crises que pôs em risco o Plano Real, o país começou a demonstrar uma força maior nas exportações.

Atualmente, o Brasil passou a exportar muito mais produtos manufaturados do que produtos agrícolas, como era há bem pouco tempo (essa mudança começou na década de 70).

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS, EM 2004

(Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior)

Produtos exportados em 2004, por tipo

54,9% (R\$ 52,9 Mi) Manufaturados
29,6% (R\$ 28,5 Mi) Básicos
13,9% (R\$ 13,4 Mi) Semimanufaturados
1,6% (R\$ 1,6 Mi) Operações especiais

Principais produtos exportados

Material de Transporte (16,6%)
Produtos Metalúrgicos (10,7%)
Complexo Soja (10,4%)
Carnes (6,4%)
Químicos (6,2%)

Destinos das exportações

União Européia (25%)
Estados Unidos (21%)
Ásia (15%)

Principais países importadores de produtos brasileiros

Estados Unidos (21%)
Argentina (7,6%)
Holanda (6,1%)
China (5,6%)
Alemanha (4,2%)

Maiores estados exportadores

São Paulo (32,2%)
Minas Gerais (10,4%)
Rio Grande do Sul (10,2%)
Paraná (9,7%)
Rio de Janeiro (7,3%)

FONTE DAS INFORMAÇÕES

Acervo da Ditadura

<http://www.acervoditadura.rs.gov.br/economia.htm>

Boris Fausto - História do Brasil

<http://www.mec.gov.br/seed/tvescola/historia/apresentacao.asp>

Conhecimentos Gerais

<http://www.conhecimentosgerais.com.br/historia-do-brasil/economia-colonial.html>

Governo Federal

<http://www.brasil.gov.br>

HistóriaNet

<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=315>

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

<http://www.desenvolvimento.gov.br>